

TEXTO INTEGRAL (acesse com a sua conta do [OnePass](#))

APRESENTAÇÃO	7
1. PREMISSAS GERAIS	13
1.1. Técnica processual e tutela dos direitos	13
1.2. Evolução histórica do processo estrutural	18
1.3. Os processos estruturais e a realidade brasileira	30
1.3.1. A necessidade material de reconstrução do processo	30
1.3.2. A experiência dos juízos recuperacional e falimentar	33
1.3.3. A flexibilidade procedimental e a atipicidade executiva.....	37
1.3.4. O avanço dos processos estruturais na jurisprudência.....	41
1.4. Processos estruturais e orientações estrangeiras.....	49
2. O PROBLEMA ESTRUTURAL E SUAS CARACTERÍSTICAS	59
2.1. Complexidade	60
2.1.1. “Complexo” e “difícil”. Os “problemas complexos”	61
2.1.2. Os “problemas complexos” e o processo estrutural	65
2.1.3. “Complexidade”, regulação comportamental e regulação estrutural.....	67
2.2. Multipolaridade.....	70
2.2.1. A noção de “multipolaridade” e o processo civil	71
2.2.2. Os litígios “multipolares” e o contraditório: respostas tradicionais	75
2.2.3. Os problemas “multipolares” e o processo estrutural	78
2.3. Recomposição institucional	78
2.3.1. A “reforma estrutural” e as instituições.....	78
2.3.2. As “instituições” e sua função social.....	80
2.3.3. As “instituições” e o processo estrutural.....	83
2.4. Prospectividade.....	86
2.4.1. A atuação estrutural e o olhar prospectivo	86
2.4.2. A atividade pública e a prospectividade	88
2.4.3. O processo estrutural e a prospectividade.....	92
3. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO ESTRUTURAL	95
3.1. O processo estrutural e a dimensão subjetiva	95
3.2. O processo estrutural e a participação individual	98

3.3. Entre a participação e a representação	101
3.4. O enfrentamento do problema pelo processo coletivo brasileiro	104
3.5. Representação, participação e legitimidade	106
3.6. Representação e legitimação: o controle de representatividade.....	109
3.7. A abertura dialógica: ampliando a dinâmica processual	116
3.8. O momento de diálogo e a flexibilidade procedimental	121
3.9. O diálogo nos processos estruturais e o tecnicismo jurídico	124
4. O OBJETO DO PROCESSO ESTRUTURAL	129
4.1. O Processo Civil e a ideia de demanda	129
4.2. O princípio da demanda e sua flexibilização	133
4.3. Demanda e objeto nos processos estruturais	137
4.4. Petição inicial, contraditório e objeto nos problemas estruturais	142
5. A INSTRUÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL.....	151
5.1. Algumas premissas indispensáveis para a compreensão da prova no processo estrutural	151
5.2. O valor da prova indiciária	154
5.2.1. O emprego da prova indiciária no direito nacional	156
5.2.2. A prova indiciária nos problemas estruturais.....	163
5.3. A prova estatística.....	165
5.3.1. As estatísticas podem servir de provas?	166
5.3.2. As modalidades de prova estatística.....	172
5.3.3. Condições para a admissão da prova estatística e sua valoração.....	174
5.3.4. Em busca da probabilidade razoável.....	176
5.4. A imputação de deveres probatórios e a questão do ônus da prova	177
5.4.1. Entre ônus e deveres probatórios.....	178
5.4.2. Ônus probatórios, deveres probatórios e processo estrutural	184
6. AS FORMAS DE SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA ESTRUTURAL.....	187
6.1. As soluções consensuais	189
6.1.1. O desenho das soluções negociadas estruturais.....	193
6.1.2. Mais vale um acordo ruim do que uma boa demanda. Será?	196
6.2. Soluções “adjudicadas”	201
6.2.1. O papel do Judiciário e a divisão de funções estatais	203
6.2.2. A legitimidade do Judiciário	208
6.2.3. Decisões em cascata e a cisão no enfrentamento do problema estrutural.....	213
6.3. Soluções compartilhadas	217
6.3.1. A efetivação compartilhada e as capacidades institucionais	218
6.3.2. A delegação da formatação do desenho estrutural e os gestores de conflitos.....	223

7. ESTABILIDADES E INSTABILIDADES NOS PROVIMENTOS ESTRUTURAI	229
7.1. O processo civil e sua tendência à estabilização das decisões	229
7.2. Complexidade e experimentalismo	231
7.3. Novos ares sobre o tema da coisa julgada.....	233
7.4. “Definitividade” e decisões estruturais. Entre estabilidade e instabilidade ...	241
7.5. Há um fim para o processo estrutural?.....	247
8. A IMPLEMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES NOS PROCESSOS ESTRUTURAI ...	253
8.1. A efetivação da tutela estrutural: indução, sub-rogação e implementação negociada	256
8.2. As aberturas específicas na lei para a efetivação do direito nos processos estruturais	259
8.3. A colaboração das partes e de terceiros no processo civil	260
8.3.1. Os efeitos das decisões judiciais em face de terceiros	261
8.3.2. Os deveres dos terceiros no processo	266
8.3.3. A imposição a terceiros das decisões judiciais	267
8.3.4. A colaboração de terceiros no cumprimento de decisões judiciais ...	268
8.3.5. As ordens dirigidas ao Estado	268
8.3.6. As ordens dirigidas a terceiros particulares	273
8.3.7. A garantia do contraditório e as ordens dirigidas a terceiros	277
8.4. A intervenção judicial.....	283
8.5. As técnicas de indução disponíveis para implementação do modelo de processo estrutural brasileiro	287
8.6. Outras medidas de apoio para a implementação de decisões estruturais ...	290
8.6.1. Atos concertados entre juízos para efetivação dos provimentos judiciais executivos em processos estruturais.....	290
8.6.2. As estruturas de apoio.....	293
8.6.2.1. As estruturas de apoio e o Judiciário: Métodos de Diálogo e de Interação	296
8.6.2.2. Legitimidade formal e material das estruturas de apoio	299
8.6.2.3. A desjudicialização da efetivação das mudanças estruturais...	301
REFERÊNCIAS TEÓRICAS	305